

Carf atinge maior valor em julgamentos tributários em 4 anos

Carf tem maior valor em julgamentos tributários em 4 anos

Conselho que trata de autuações da Receita Federal analisou R\$ 230 bilhões até setembro do ano passado

Eduardo Casco

SÃO PAULO Apesar de ter funcionado de maneira precária em 2023, o Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) fechou o ano passado com o melhor resultado em termos de valores julgados desde 2019.

Segundo dados preliminares, foram R\$ 230 bilhões em ações tributárias analisadas de janeiro a setembro. O ano passado foi marcado por cancelamento de sessões, greves de autuadores e um vácuo nas regras de julgamentos.

O órgão também passou pela maior renovação de conselheiros desde a reformulação de 2023, após a Operação Zelotes, que investigou a venda de sentenças no conselho.

Como resultado do mandato de muitos que entraram naquela época.

O Carf é o órgão do Ministério da Fazenda responsável por julgar recursos sobre autuações da Receita Federal em matéria tributária e aduaneira. Possui 12 câmaras de julgamento e cerca de 150 conselheiros, divididos de forma paritária entre representantes dos contribuintes e do Fisco.

Embora não tenha função arrecadatória, o governo espera que mudanças no seu funcionamento gerem receita extra de R\$ 55 bilhões em 2024. Uma vitória da Fazenda no conselho não significa necessariamente dinheiro em caixa

para o governo. Contribuintes, sejam empresas ou pessoas físicas, podem ainda recorrer ao hädicário, o que geralmente ocorre nas discussões tributárias de grande valor. A aposta do governo é que a nova lei do Carf, sancionada no final de 2023, ajude a mudar esse cenário.

A lei teve como ponto de partida a medida provisória apresentada em janeiro para acabar com o voto de desempate pró-contribuinte que vigorava desde 2020.

Desde aquele ano, o governo vinha segurando o julgamento de casos de alto valor para evitar derrotas em grandes discussões tributárias.

Com isso, o número de casos no estoque do Carf caiu 35%, mas o valor daqueles que ficaram reprocessados dobrou.

A resistência do Congresso em aprovar a proposta do governo gerou incertezas sobre a aplicação da nova regra, que previa o voto de desempate por um representante do Fisco. Ainda assim, a Fazenda conseguiu vitórias relevantes até setembro.

Em outubro, a Fazenda obteve uma série de vitórias, com pelo menos R\$ 12 bilhões em autuações da Receita corrigidas. Mais da metade do va-

lor envolvendo a Petrobras. Ainda assim, muitos casos grandes foram retirados da pauta de julgamento e ficaram para serem analisados posteriormente a partir de 2024.

Com aquela instabilidade sobre o voto de desempate (járgio para voto de desempate), não se sabia qual era a regra de desempate, as partes pediam para tirar o processo de pauta. A gente teve uma leva grande de processos que agora vão ser redistribuídos", afirma Livia Germano, especialista na área tributária do Barros Pimentel Advogados.

Germano é uma das representantes dos contribuintes que estavam no Carf desde a reformulação de 2023, mas saiu em 2023, após atingir o limite de mandato de oito anos.

No final do ano, houve greves dos audiores da Receita, incluindo os que atuam como representantes da Fazenda no conselho, e os julgamentos só foram retomados após decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

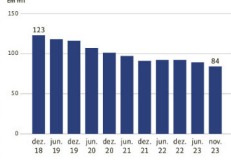
Segundo o balanço do Carf, houve empate em cerca de 7% do número de casos julgados até outubro de 2023. Geralmente, isso ocorre nas grandes teses tributárias que seguem atche sem solução no hädicário, como casos de tributação de lucro no exterior e igio em fusões e aquisições. Gisela Bossa, sócia da área tributária do Demarest e ex-conselheira do Carf, afirma

Os números do Carf em 2023

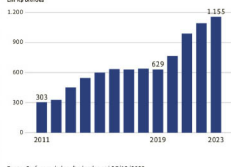


*Dados para 2023 até setembro

Estoque de processos no Carf cai 32% em 5 anos



Valores em discussão crescem 84% em 4 anos



Fonte: Carf, com dados divulgados até 27/12/2023

que a pauta de julgamentos de janeiro prevê novamente a discussão desses temas, incluindo autuações de valor superior a R\$ 1 bilhão.

Segundo ela, os casos de alto valor têm sido priorizados pela Fazenda, independentemente da antiguidade ou não da discussão.

Para facilitar que esses valores se transformem em arrecadação, a nova lei do Carf prevê o pagamento em condições vantajosas para o contribuinte que perca a ação com o voto de qualidade.

A tributária afirma que as vantagens de redução de juros e multas não garantem que os contribuintes desistam de questionar as decisões do Carf no hädicário.

Ela cita ainda que a lei validou a aplicação retroativa do desempate pelo Fisco ao longo de 2023, mas é possível que alguns contribuintes que perdiam a discussão, com base em uma medida provisória que caducou, contestem esses resultados.

"É muito incongruente o discurso de que o Carf vai gerar arrecadação para e simplesmente não vai. Você tem muita briga", diz a ex-conselheira que ficou no órgão de 2021 a 2023.

Outra questão para 2024 é a renovação nos quadros de conselheiros. Livia Germano, do escritório Barros Pimentel, que deixou o conselho em julho de 2023, diz que foi um ano atípico para o Carf, mas afirma esperar uma retomada dos julgamentos e alguma estabilidade a partir de agora.

"As turmas estão completamente reformuladas do lado dos contribuintes. Do lado do Fisco também saiu muita gente. Mas a gente espera que o Carf engrene e volte a julgar".

No final do ano passado, o conselho divulgou novo regimento, com medidas como a criação de plenário virtual e reformulação das turmas. Houve redução no número de conselheiros por turma de 8 para 6 e aumento do tempo de mandato para até 12 anos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 11